

# Arinos leva sistema gradual a Sant'Anna

Os parlamentaristas que defendem a implantação gradual do novo sistema de Governo entregaram ontem ao líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, um documento assinado por 27 membros da Comissão de Sistematização, propondo a negociação com os presidencialistas sobre a duração do período de transição e do mandato do Presidente. Sant'Anna elogiou a iniciativa, mas afirmou que não vê mais possibilidades de negociação e acordo "porque estamos defendendo uma coisa oposta: o presidencialismo".

O documento foi entregue pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos. Ele argumentou que o grupo não está interessado "em fazer uma revolução" e por isso deixa brechas,



para a negociação de uma transição necessária que poderá variar de um a dois anos. Arinos esclareceu ainda que a duração do mandato também deixou de ser problema, pois é consenso entre os gradualistas que os cinco ou seis anos deverão ser decididos somente no plenário.

## Conversações

A entrega do documento dos gradualistas não aumenta as chances de negociação. No início desta semana, o senador José Richa (PMDB-PR), um dos principais articuladores do grupo, comunicou ao deputado Carlos Sant'Anna, que estava sendo elaborada a proposta que agradaria aos presidencialistas. A sugestão apresentada ontem, no entanto, nada mais é do que o documento elaborado dois dias antes da entrega do segundo substitutivo que inviabilizou uma vez por todas a negociação.

No momento, o que poderia interessar à liderança do Governo é a

Josemar Gonçalves

ampliação das atribuições do Presidente da República, que está sendo elaborada por uma comissão formada pelos senadores Afonso Arinos, José Fogaça e pelos deputados Egidio Ferreira Lima e Sandra Cavalcanti.

O senador José Fogaça anunciou ontem que este trabalho já está praticamente concluído. Assegurou que o "emendado parlamentarista que está sendo elaborado permite ao Presidente vetar qualquer decreto do primeiro-ministro e, em alguns casos, dissolver o Congresso Nacional e exonerar o primeiro-ministro.

O líder do Governo acredita que "essa montagem" não pode ser feita, já que não existem emendas tratando do assunto para serem destacadas. Caso a Comissão de Parlamentaristas tenha "conseguido realmente" fazer as alterações, Sant'Anna afirma que prefere tomar conhecimento oficial das mudanças para se manifestar sobre um possível acordo.

## Otimista, Cabral já vê o consenso

O deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte, recebeu com otimismo o aceno do Planalto para a proposta de sistema parlamentarista — claramente majoritária na Sistematização — com implantação apenas em novembro de 1989. "Agora o caminho para o consenso fica próximo e o conflito uma hipótese remota", comentou. Cabral pretende manter contatos, ainda hoje, com o ministro Costa Couto para certificar-se da nova ofensiva do Executivo. "Ninguém me procurou, soube da proposta pelos jornais", disse.

Mas se o chefe do Gabinete Civil acenou, ontem, sinais da disposição do Executivo para a negociação, o líder do Governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, nega seguidas vezes o recuo em relação à proposta de manutenção do sistema presidencialista. O Palácio do Planalto, por sua vez, tem interlocutores na Constituinte, que, além da missão de negociar o gradualismo da implantação do parlamentarismo, estão preparando estratégias para aumentar as atribuições do Presidente da República, caso vença na Sistematização a proposta parlamentarista. Entre estes interlocutores, destacam-se o líder do Grupo dos 32, senador José Richa (PMDB-PR) e o deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

O recente reconhecimento do presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, de que o parlamentarismo tem o apoio da maioria dos integrantes da Comissão de Sistematização reforçou a tese de que o Planalto está propenso à negociação. "Aquele que os parlamentaristas decidirem em consenso terão o meu apoio, ou seja, a confirmação do meu voto no sentido de não criar nenhum problema, confronto e nem conflito", frisou Cabral.

O relator revelou ainda que a dissociação político-partidária da Aliança Democrática não irá influir nas negociações sobre o parlamentarismo. "A Aliança pode estar em bombardeios, mas tendo a certeza que os constituintes parlamentaristas estão gozando em plena paz", disse.

Josemar Gonçalves



Relator manterá contatos



Na Sistematização, polêmicas obstruíram início da votação

## Questões de ordem impedem a votação

Muita polêmica e tentativas de obstrução da sessão. Esse foi o primeiro dia da votação do substitutivo do projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização, ontem à noite. Até às 21h00, os 93 membros da Comissão ainda não haviam votado o tema do dia, o preâmbulo, sobre o qual a principal discussão era a expressão "sob a proteção de Deus".

No início da sessão, o deputado Siqueira Campos (PDC-GO) levantou questão de ordem, pedindo preferência para que fosse votado o destaque de sua autoria sobre a criação do Estado de Tocantins. O pedido foi rejeitado, já que o título que trata do assunto no substitutivo não estava sendo discutido.

A polêmica começou em seguida, com uma questão de ordem levantada pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. Ele queria que os títulos do substitutivo fossem votados com as disposições transitórias correspondentes. Por trás da questão de ordem de Sant'Anna, havia a intenção do líder de que o sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo — fosse votado junto com o mandato do Presidente, artigo contido nas disposições transitórias. Os dois assuntos dividem bastante o plenário.

## Ritmo maior, só na segunda

Somente a partir de segunda-feira é que a Comissão de Sistematização entrará num ritmo mais dinâmico na apreciação e votação do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral e dos 8.374 pedidos de votação em destaque, quando as sessões, de quatro horas cada uma, serão iniciadas, às 8h00, e poderão ser prorrogadas sucessivamente. Para hoje e para o fim de semana prevêem-se dificuldades até de quórum, devido à ausência de muitos constituintes.

O cronograma oficial, distribuído ontem pela Comissão de Sistematização, algumas horas antes do início da votação do primeiro item do projeto de Constituição (o Preâmbulo), prevê a votação de um título do substitutivo por dia, o que permitiria, se fosse seguido fielmente, o encerramento da votação no dia quatro de outubro, quatro dias antes do prazo final previsto, ou seja, oito de outubro.

Se por alguma razão — falta de tempo para deliberação ou obstrução por parte de alguns partidos — o substitutivo não for completamente votado, não há previsão de adiamentos, negociados ou não. O projeto vai, como estiver votado no dia oito de outubro, para a deliberação do plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Se o projeto for completamente votado e emendado no plenário, a dinâmica será outra.

Votado completamente o projeto de Constituição, com base no substitutivo e nos destaques, o relator Bernardo Cabral terá às 24 horas do dia nove de outubro para redigir o terceiro substitutivo, com a redação final dada pela votação no plenário da Sistematização. Os dias 10 e 11 servirão para que o novo substitutivo seja publicado e divulgado para os constituintes.

## União não vai enfraquecer, diz deputado

Os deputados Fernando Coelho (PMDB-PE) e Albérico Cordeiro (PFL-AL) divulgaram ontem um documento que refuta as críticas de enfraquecimento da União, em termos de arrecadação, caso seja aprovado o novo sistema tributário previsto no substitutivo do deputado Bernardo Cabral.

O documento, entregue na última terça-feira ao presidente José Sarney, em nome das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que reúne 292 constituintes, foi uma resposta à análise da comissão de coordenação financeira do Ministério da Fazenda, que prevê a redução da capacidade da União investir e até o fim da arrecadação do IPI com o novo sistema tributário.

No documento das bancadas, a descentralização dos recursos financeiros é apontada como garantia de uma política uniforme de tributos e a redução do montante de recursos à disposição da União é citada como consequência natural do processo de descentralização dos encargos defendidos pela Constituinte.

## Recuo

Para o deputado Fernando Coelho, a análise do Ministério da Fazenda aponta falsas premissas quanto ao capítulo do sistema tributário, no sentido de induzir o Presidente a um recuo quanto às conquistas das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que buscam a igualdade nacional de tratamento financeiro.

O documento entende que a matéria é mais pragmática que normativa e afirma que a redução da disponibilidade financeira da União acarretará diminuição dos seus gastos em serviços, que poderão ser assumidos por estados e municípios.

No substitutivo do deputado Bernardo Cabral o bolo da arrecadação tributária, hoje dividido em 45% para a União, 37% para os estados e 18% para os municípios, tem seus percentuais reservados à União alterados para 35%; aos estados, 39%; e aos municípios, 26%.

## Prefeitos vêm apoiar texto para reforma

São Paulo — A Frente Mu-

nicipalista Nacional, mobilizará centenas de prefeitos hoje, em Brasília, em apoio ao projeto tributário do relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral, segundo informou o governador Orestes Quêrcia, presidente da entidade que defende uma maior participação dos estados e municípios na distribuição da arrecadação federal.

Depois de presidir cerimônia de criação do departamento estadual de investigações sobre narcóticos, na sede do comando da Polícia Civil, paulista, o governador explicou que a Frente Municipalista deverá debater exaustivamente o projeto de reforma tributária e lutar pela sua aprovação na Constituinte, uma vez que a proposta estabelece proporções mais justas na distribuição dos impostos, beneficiando prefeitos e governadores. Orestes Quêrcia acrescentou que a entidade não discutirá as outras questões políticas em tramitação na Comissão de Sistematização.

## Osasco

Em relação a prefeitura de Osasco, município localizado na grande São Paulo, sob intervenção, por ordem do Tribunal de Justiça do Estado, "Orestes Quêrcia informou que aguarda uma comunicação oficial". O Tribunal deverá fixar prazos para a definição de um interventor. Mas antes, discutiremos o assunto com o PMDB de Osasco", acrescentou o chefe do Executivo paulista.



Arinos levou o documento dos parlamentaristas a Sant'Anna

## Sarney quer prorrogação

O presidente José Sarney pretende chamar as lideranças políticas para uma conversa sobre o encaminhamento da reforma tributária na Constituinte, segundo disse ontem o deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), depois de audiência com o presidente, da qual participaram outros deputados do PMDB, entre eles o líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC).

O presidente, de acordo com Max Rosenmann, defende uma responsabilidade maior de todos com relação ao problema, que deve ser discutido antes da votação, porque a União não poderia manter suas atribuições atuais, como manutenção das Forças Armadas, da diplomacia, participação nos planos de eletrificação e construção de estradas federais, se prevalecer a proposta de divisão do bolo orçamentário.

O futuro sistema de governo também foi uma das preocupações demonstradas pelo presidente na audiência em que o grupo de parlamentares foi reivindicar obras na BR-101, no trecho Palhoça-Itajaí. O presidente até considerou de "bom alvitre", de acordo com o deputado Renato Vianna (PMDB-SC), uma protelação, por dois dias, das votações na Comissão de Sistematização, para que fosse superada a crise criada pelo PFL e buscado um entendimento.

Protelação  
Pela manhã, antes de o senador Marco Maciel e o ministro Aureliano Chaves chegarem ao Palácio do Planalto, Renato Vianna afirmou que o presidente Sarney não iria se envolver na negociação para protelar a votação, mas achava que o trabalho poderia ser realizado pelas lideranças políticas. Não foi apenas Vianna que saiu ontem na defesa do Presidente. O deputado João

Cunha (PMDB-SP) desceu do gabinete de Sarney criticando os parlamentaristas, acusando o deputado Ulysses Guimarães de estar fazendo o jogo pesadista, dizendo que não quer o parlamentarismo, mas querendo, para poder ficar no poder através do Congresso Nacional. Disse isso depois de classificar o parlamentarismo de "palhaçada" e de chamar Ulysses Guimarães de "político em decadência".

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, também não foi poupado por João Cunha que o chamou de "idiota amazonense". Ao presidente Sarney, contudo, o deputado paulista foi levar apoio e dizer, segundo afirmou, que é chegada a hora de ele exercer pressão "legítima", para evitar o parlamentarismo.

## Tarde

Mas o presidente Sarney também foi criticado pelos parlamentares que tiveram audiência ontem no Palácio do Planalto. O deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), por exemplo, criticou o presidente Sarney por ter começado a participar da Constituinte muito tarde. De acordo com Moreira, Sarney devia ter deixado claro desde cedo que, na qualidade de presidente da República, iria participar ativamente do processo de transição política. Ele disse, inclusive, que o presidente perdeu a partida desde o início, quando formou a Comissão Afonso Arinos, custeada pelos cofres públicos, e não encaminhou o resultado de seu trabalho à Constituinte, argumentando que não queria interferir em seu trabalho.

Segundo avaliação feita por Moreira se der o presidencialismo, será com o mandato de quatro anos para o presidente Sarney.